

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO  
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
E AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF**

**ATA DA 95ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 01/09/2021**

**Agenda da Reunião:**

ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.00	Credenciamento	Miriam Fuckner – Secretaria Executiva
2	8.30	Abertura e Aprovação da pauta	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
3	8.40	Aprovação da Ata da 94ª Reunião	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
4	8.50	Referendar aplicação de recursos do Fundo de Equipamentos Agropecuários para o Programa Estrada da Integração	Marcio da Silva – DEAGRO/SEAB
5	9.20	Programa Nacional de Crédito Fundiário/Terra Brasil no Paraná	Marcio da Silva – DEAGRO/SEAB
6	9.50	Programa Paraná Energia Rural Renovável	Herlon Goelzer de Almeida – Coordenador Estadual do Programa
7	10.20	Programa Banco do Agricultor Paranaense	Salatiel Turra – Coordenador Estadual do Programa
8	10.50	Informe da Câmara de ATER	Hur Ben Correa da Silva – Coordenador da Câmara de ATER
9	11.20	Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do CEDRAF	Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
10	11.40	Assuntos Gerais	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
11	12.00	Encerramento	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara

8 Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e um, realizou-se a Nonagésima Quinta  
9 reunião do **CEDRAF**, na modalidade web, através do link [meet.google.com/rdk-xisu-duw](https://meet.google.com/rdk-xisu-duw). **Item 1.**  
10 **Credenciamento:** Estiveram presentes vinte e dois conselheiros, sendo dez Conselheiros  
11 representantes do poder público e doze Conselheiros da sociedade civil. **Conselheiros da**  
12 **Sociedade Civil:** Bernardo Vergopolen - FETRAF-PR, Luiz Carlos Hartmann - Câmara de  
13 Agroecologia e Agricultura Orgânica, Luís Carlos Costa – CEAGRO, Jeffrey Kleine Albers – FAEP,  
14 Cleimary Fatima Zotti – DESER, André Luiz Drebes – Representação da Juventude Rural, Alice  
15 Karine Vriesman - Rede Ecovida, Olcimar da Rosa – CCA, Gilson Nogueira Farias – SICREDI,  
16 Alzimiro Thomé – CRESOL, Ivone Francisca de Souza – Representação Mulheres Rurais, Ivori  
17 Fernandes - UNICAFES. **Conselheiros do Poder Público:** Rogério Rodrigues – INCRA, Alexandre  
18 Augusto Ramos de Faria - MAPA/SFA-PR, Nelson Harger - IDR-Paraná, Rubens Ernesto  
19 Niederheitmann – SEAB, Everton de Oliveira – SEJUF, Guilherme Schnell e Schühli – EMBRAPA,  
20 Nestor Bragagnolo – SEPL, Ana Sueli Ribeiro Vandresen – SEED, Carlos Henrique Boscardin  
21 Naujack – SETI, Thamisis Camila Piaskowski – CONAB. Também estiveram presentes os suplentes  
22 Carlos Alberto Cardoso – CONAB, Israel Lourenço Albino – Rede Ecovida, Nilson Hanke Camargo –  
23 FAEP. **Justificativas:** Não houve faltas justificadas. **Convidados:** Jefferson Vinicius Meister – SEAB,  
24 Márcio da Silva - Seab/Deagro, Simone Aparecida Ferreira – SEED, Herlon Goelzer de Almeida –  
25 IDR-Paraná, Marcos Aparecido Gonçalves - Câmara de Meliponicultura. **Item 2. Abertura e**  
26 **aprovação da pauta:** O Presidente do CEDRAF **Norberto Ortigara** fez a abertura da reunião e  
27 apresentou a pauta, informando que deve se ausentar por motivo de trabalho, indicando como seu  
28 substituto para conduzir a reunião o Diretor Técnico da SEAB Rubens Ernesto Niederheitmann. A  
29 Secretaria Executiva apresentou os novos conselheiros indicados como representantes da  
30 Juventude Rural, André Drebes e das Mulheres Rurais, Ivone Francisca de Souza, informando que  
31 ambos foram eleitos em reunião da Câmara Setorial de Juventude e Mulheres Rurais. O conselheiro

D  
A

32 Luiz Carlos Hartmann da Câmara de Agroecologia e Marcos Gonçalves coordenador da Câmara de  
33 Meliponicultura solicitaram a inclusão de informes no item assuntos gerais. A pauta foi aprovada com  
34 as alterações apresentadas. **Item 3 - Aprovação da ATA da 94ª Reunião** que foi enviada  
35 anteriormente por meio eletrônico foi aprovada sem alterações. **Item 4 – Aplicação de recursos do**  
36 **Fundo de Equipamentos Agropecuários para o Programa Estrada da Integração: Marcio da**  
37 **Silva** diretor do DEAGRO/SEAB antes de iniciar o assunto previsto, Marcio destaca sobre a  
38 inauguração, das instalações de um viveiro para material propagativo de videira na unidade do IDR-  
39 Paraná em Santa Tereza do Oeste, onde foram aplicados recursos da SEAB, através do Programa  
40 de Revitalização da Viticultura Paranaense (Revitis), do Governo do Estado. Faz referência ao  
41 Projeto Avança Paraná, coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos  
42 Estruturantes – SEPL, que tem disponibilizado recursos financeiros advindos de empréstimo do  
43 governo estadual com bancos privados. O projeto envolve iniciativas distribuídas em quatro eixos,  
44 sendo um deles o fortalecimento da agricultura, com repasse de recursos ao Fundo de Equipamento  
45 Agropecuário – FEAP. Menciona que após o comitê gestor do fundo aprovar o uso do recurso, esta  
46 decisão deve ser referendada no CEDRAF. Relata que serão utilizados cento e vinte e seis milhões,  
47 trezentos e sessenta e dois mil em pavimentação com pedras irregulares, que serão executadas  
48 através de convênio celebrados com as prefeituras municipais para esta finalidade. **Norberto**  
49 **Ortigara** complementa que já foi celebrado convênio com a maioria das prefeituras que estão  
50 envolvidas na pavimentação de trezentos e setenta quilômetros de estradas rurais. **Israel Lourenço**  
51 da Rede Ecovida pergunta sobre a previsão de início das obras e **Norberto Ortigara** responde que  
52 já tem município iniciando, sendo que a liberação dos recursos depende do andamento das obras e  
53 que as informações sobre convênios estão disponibilizadas no portal de transparência da SEAB.  
54 Colocada para votação a proposta foi referendada por unanimidade. **Item 5 – Programa Nacional**  
55 **de Crédito Fundiário/Terra Brasil no Paraná: Marcio da Silva** Diretor do DEAGRO/SEAB,  
56 apresentou as principais alterações do Programa, destacando que continua sendo um programa que  
57 reúne ações de reordenamento agrário que possibilita a aquisição direta de imóveis particulares,  
58 produtivos e regularizados, que não sejam passíveis de desapropriação, com áreas abaixo de quinze  
59 módulos fiscais. Os recursos para os financiamentos concedidos são oriundos do Fundo de Terras e  
60 da Reforma Agrária. Observa-se uma mudança na concepção do programa que anteriormente focava  
61 na inclusão socioprodutiva e agora passa a ser tratado como crédito rural. A gestão do programa é  
62 realizada pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento e a execução no Estado é responsabilidade  
63 da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, por meio da unidade técnica estadual (UTE)  
64 lotada no DEAGRO. Ressalta que neste aspecto houve alteração, uma vez que anteriormente  
65 existiam as unidades técnicas regionais e agora o tramite ocorre diretamente do município para a  
66 UTE Estadual. Destaca que ocorreram mudanças na forma de operacionalizar, sendo que a maior  
67 responsabilidade cabe a entidade de assistência técnica e extensão rural, que responde por quase  
68 a totalidade do processo. Atualmente a entidade de ATER credenciada junto ao agente de crédito  
69 pode se habilitar a ser operadora do programa e no estado, até o momento, existem sete entidades  
70 credenciadas, incluindo a entidade de ATER oficial, o IDR-Paraná. Apresentou informações referente  
71 ao desempenho do Programa no estado, no período de dois mil e cinco a dois mil e vinte e um, sendo  
72 que neste último ano foram contratadas sete propostas. Entre as modificações resultantes do novo  
73 decreto Marcio destacou a autonomia da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do  
74 Mapa para promover e aprovar os novos normativos do programa; a finalização da nova versão do  
75 regulamento operativo e do manual de operações; a definição de uma única instância de controle  
76 social no município, os conselhos municipais de desenvolvimento rural, sendo que estes estão  
77 próximos do agricultor e da realidade local, possibilitando maximizar e agilizar o fluxo de aprovação  
78 dos pedidos de créditos dos candidatos. A câmara técnica estadual será mantida como fórum de  
79 discussão, mas ela não participará diretamente do programa aprovando propostas. Para  
80 operacionalizar o programa os Governos Estaduais devem formalizar Acordo de Cooperação Técnica  
81 – ACT, com a União, representada pela SAF, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.  
82 Entre as novas competências das entidades de ATER Marcio destacou a verificação da aptidão social  
83 dos candidatos quanto aos critérios de elegibilidade definidos nos normativos do Programa; a  
84 responsabilidade pela avaliação do imóvel e pela viabilidade técnica, econômica, ambiental e social  
85 do projeto; a avaliação do imóvel rural com emissão de laudo técnico acerca do valor de aquisição  
86 do imóvel, potencial e viabilidade técnica da propriedade conforme o projeto sugerido e a  
87 elegibilidade do imóvel rural. Mencionou sobre os recursos referentes aos serviços de ATER, bem  
88 como os disponíveis para operacionalização neste ano; sobre as normas relacionadas à obtenção  
89 do crédito pelos beneficiários e o fato de todo o processo transcorrer de forma digital, visando facilitar  
90 e agilizar o acesso ao crédito rural. **Nilson Hanke** questiona sobre a fiscalização da aplicação dos  
91 recursos e **Marcio** responde que a SEAB continua com os fiscais, que além de acompanhar a

92 aplicação dos recursos, tem a função de identificar irregularidades, notificar e abrir processos  
93 administrativos. **Miriam Fuckner** solicita detalhamento sobre a certificação das entidades de ATER,  
94 sendo que isto anteriormente era feito pelo CEDRAF através do SIATER e **Marcio** responde que hoje  
95 é exigido apenas um comprovante de credenciamento junto ao agente financeiro enquanto operador  
96 do crédito rural. **Ivori Fernandes** relata que foram aprovados muitos projetos de crédito fundiário  
97 através do conselho municipal e sempre a maior preocupação foi sobre a prestação do serviço de  
98 ATER, não apenas para o projeto, mas para a propriedade e à família como um todo. **Miriam Fuckner**  
99 ressalta que os conselhos municipais podem ter um papel fundamental neste processo, chamando a  
100 entidades de ATER para dialogar e juntos construir uma proposta de assistência técnica adequada  
101 para a realidade local e da forma como o conselho espera que seja levada para estes beneficiários,  
102 além de articular uma ação estadual para capacitação e qualificação desta ATER. **Nestor**  
103 **Bragagnolo** questiona sobre o desmembramento das áreas, uma vez que o recurso é suficiente para  
104 comprar áreas em tamanho menor do que módulo fiscal mínimo do estado. **Marcio** responde que o  
105 desmembramento leva em consideração a fração mínima de parcelamento, que no Paraná tem duas  
106 categorias, municípios que possuem parcelamento mínimo de dois hectares e municípios com três  
107 hectares. **Item 6 – Programa Paraná Energia Rural Renovável: Herlon Goelzer de Almeida,**  
108 Coordenador Estadual do Programa, inicialmente apresenta informações sobre o cenário estadual e  
109 brasileiro, destacando que os sistemas de produção se tornaram cada vez mais exigentes de energia.  
110 Outro fator ressaltado é a retirada da subvenção ao preço da energia rural, além da crise hídrica pela  
111 qual o país está passando. Visando estimular a geração de energia elétrica a partir de fontes  
112 renováveis foi instituído o Programa Paraná Energia Rural Renovável que possibilitará a redução dos  
113 custos de produção, o aumento da produtividade do trabalho, estimulando trabalho e renda,  
114 melhorando a competitividade dos produtos paranaenses. O programa tem, entre outras, a finalidade  
115 de ordenar e apoiar prioritariamente as cadeias produtivas mais eletrointensivas e garantir  
116 especialização, atendimento rápido a todos, segurança e qualidade dos equipamentos, atendimento  
117 pós-venda. A prioridade é selecionar atuais participantes da tarifa rural noturna, produtores de frango,  
118 agroindústrias, piscicultor de água doce, produtores de leite, de suínos, de ovos, entre outros. Até o  
119 momento foram realizadas duas chamadas públicas para cadastramento de empresas, sendo que já  
120 foram inscritas trezentas e cinco de energia solar e dez de biogás. Já foram registradas no sistema  
121 duzentos e vinte e sete propostas no valor total de quarenta e dois milhões e trinta e cinco mil reais,  
122 sendo que destas foram contratadas noventa e nove, no valor aproximado de dezenove milhões.  
123 Entre as atribuições do IDR-Paraná, Herlon destacou a capacitação dos técnicos, além do estímulo  
124 e orientação aos agricultores para acessarem o programa utilizando o crédito rural com taxas de  
125 juros subvencionadas, pelo Banco do Agricultor. **Nilson Hanke** indagou sobre a legislação referente  
126 a produção e distribuição para consumo próprio. Segundo **Herlon** o que se refere a produção e  
127 distribuição hoje não existem problemas. A reclamação que ainda ocorre é sobre a geração do ICMS  
128 sobre o que é produzido, embora ainda assim, a geração própria de energia seja altamente viável  
129 economicamente. **Item 7 – Programa Banco do Agricultor Paranaense: Rubens Ernesto**  
130 **Niederheitmann,** Diretor Técnico da SEAB esclareceu que o programa atua na redução da taxa de  
131 juros das linhas de crédito disponíveis, com preferência aos recursos do Plano Safra. Tem por  
132 objetivo promover a geração de empregos, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a  
133 diversificação produtiva, a melhoria da competitividade e ampliação da renda dos agricultores, entre  
134 outros. Foram apresentadas as linhas do programa, suas respectivas equalizações, limites de  
135 financiamento e caracterização do público a ser beneficiado, destacando-se o projeto agroindústria,  
136 cadeias produtivas como o leite, café, pinhão e erva mate, olericultura, piscicultura, sericicultura,  
137 flores, produção orgânica e agroecológica, projetos para produção, captação e preservação de água,  
138 de irrigação, apoio às cooperativas, energias renováveis, entre outras. Dados do dia anterior indicam  
139 duzentas e quarenta e três propostas encaminhadas para as agências de crédito, sendo quarenta e  
140 dois por cento para energias renováveis, trinta por cento para projetos de leite, vinte por cento para  
141 irrigação, oito por cento para os demais projetos, no entanto estes dados são dinâmicos alterando  
142 todos os dias. Do valor disponibilizado foram utilizados até o momento sete milhões e Rubens  
143 tranquiliza sobre a disponibilidade de recursos tanto do plano safra como do programa. Na página da  
144 SEAB encontram-se mais informações sobre o programa, linhas de financiamento, relação dos  
145 municípios com baixo IDH e do Arenito Caiuá, legislação e manual operativo. **Luiz Carlos Hartmann,**  
146 relata que o Capa, realizou alguns eventos para divulgar o programa junto aos agricultores e aponta  
147 que tem havido dificuldade no enquadramento das famílias que trabalham com produção  
148 agroecológica nestas linhas e pergunta se tem informações sobre contratos na produção  
149 agroecológica. **Rubens** responde que não tem estes dados desagregados e solicita que estas  
150 dificuldades sejam melhor identificadas e repassadas para que possam ser encaminhadas. A SEAB  
151 tem o programa de produção agroecológica e existe uma necessidade de ampliar esta produção para



152 atender a alimentação escolar. **Ivone Francisca de Souza** destaca a importância do programa e  
153 solicita que seja analisada a possibilidade de criar uma linha específica para as mulheres agricultoras.  
154 **Rubens** reforça que todos os programas da SEAB também são criados para as mulheres e no caso  
155 específico deste que está vinculado ao crédito rural, se a mulher pode acessar o crédito ela também  
156 pode se beneficiar. **Item 8 - Informe da Câmara de ATER: Miriam Fuckner** informou que o  
157 Coordenador da Câmara de ATER, Hur Ben Correa da Silva, justificou sua ausência por motivo de  
158 trabalho e a indicou para representá-lo. Miriam informa sobre os credenciamentos de entidades de  
159 ATER analisados nas reuniões de julho e agosto da Câmara de ATER, que após análise das  
160 informações e documentos apresentados decidiu pela aprovação do credenciamento para a ADEOP,  
161 CNJ 07.752.576/0001-54; do CAPA-Rondon, CNPJ 04.358.174/003-43; do CAPA-Verê - CNPJ  
162 04.358.174/0007-77; da CEASOL - CNPJ 10.501.105/0001-88; do Instituto Biossistêmico - CNPJ  
163 08.048.329/0001-34. As solicitações da COOPERMAIS - CNPJ 22.792.812/0001-50 e da Biolabore  
164 - CNPJ 07.769.127/0001-19 não foram deferidas, pois faltam documentos e informações, conforme  
165 prevê a legislação. Posta em votação, o colegiado referendou a decisão da Câmara de ATER. **Item**  
166 **9 - Informes da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento: Rubens Ernesto**  
167 **Niederheitmann**, Diretor Técnico da SEAB, representando o Presidente do CEDRAF alerta sobre a  
168 deriva de agrotóxicos, atingindo especialmente as cadeias da sericultura, fruticultura, particularmente  
169 a uva, cultivos orgânicos e apicultura, em razão da coexistência no mesmo ambiente geográfico com  
170 culturas como cana-de-açúcar, mandioca, soja e milho. A Secretaria da Agricultura e do  
171 Abastecimento está coordenando um plano de trabalho com ações integradas, envolvendo entidades  
172 públicas como o IDR-Paraná, Adapar, Ceasa, representativas dos agricultores como a Fetaep, Faep,  
173 Ocepar e entidades privadas, que consta entre outras ações, da elaboração de uma minuta de  
174 portaria, pela Adapar; o georreferenciamento, em parceria com a Bratac, de todas as propriedades  
175 que desenvolvem a sericultura ou que tenham plantação de amoreiras no Estado, além de um  
176 trabalho, também em andamento, de capacitação de técnicos e agricultores e da inspeção dos  
177 pulverizadores agrícolas. Outro aspecto importante refere-se ao enfezamento do milho, uma vez que  
178 se observou a intensificação de ocorrência na segunda safra, mas que as repetidas aplicações de  
179 inseticidas para combate à cigarrinha, não demonstram resultados satisfatórios. A SEAB está  
180 articulando um trabalho integrando com entidades como o IDR-Paraná, Embrapa, Faep, Senar-PR,  
181 Ocepar e Adapar, que trabalham no desenvolvimento de projetos de pesquisa para o monitoramento  
182 contínuo das lavouras de milho, avaliação de cultivares e estratégias de manejo em relação ao  
183 complexo de enfezamento.

184 **Item 10 – Assuntos Gerais: 1º Assunto - Luiz Carlos Hartmann**, Coordenador da Câmara de  
185 Agroecologia e Produção Orgânica, relata que a Câmara está organizando um seminário para debater  
186 sobre a construção de um protocolo de transição agroecológica para o Paraná, trazendo algumas  
187 experiências de outros estados como a do estado de São Paulo, a Rede Ecovida e outras  
188 organizações. Solicita pauta no CEDRAF para apresentar o protocolo e algumas ações que possam  
189 contribuir no avanço do Programa Paraná Orgânico. **Rubens** reforça que este é um tema importante,  
190 considerando especialmente, a demanda de produção orgânica para a alimentação escolar. **2º**  
191 **Assunto – Marcos Gonçalves** – Coordenador da Câmara de Meliponicultura reforça sobre a abertura  
192 das inscrições para o 1º Congresso Sul Brasileiro de Apicultura e Meliponicultura que objetiva discutir  
193 políticas para o setor e a apresentação de trabalhos científicos, o evento contemplará temas técnicos  
194 focados nas reais necessidades do produtor, por meio de palestras e mesas redondas, com a  
195 participação de renomados palestrantes e lideranças do setor. Em dezembro será realizado o XV  
196 Seminário Paranaense de Meliponicultura, sendo que neste ano o anfitrião do evento será a FETAEP.  
197 **Nelson Harger** destaca que o sucesso desses eventos de meliponicultura está na participação dos  
198 apicultores, e convida Marcos para participar do grupo de trabalho que está debatendo este tema.  
199 **Marcos** se refere a um outro GT que foi criado para tratar de uma denúncia do MP de Umuarama  
200 sobre deriva de agrotóxicos e sugere que estes grupos sejam unificados e atuem em conjunto com a  
201 Câmara Técnica que já vem debatendo e encaminhando várias ações. **Item 11 - Encerramento:** Sem  
202 mais nada a declarar **Rubens Ernesto Niederheitmann**, representando o Presidente do CEDRAF  
203 encerrou a reunião agradecendo a presença dos conselheiros e demais participantes. Eu Miriam  
204 Fuckner, Secretária Executiva, redigi a presente ata que deverá passar por análise, correção e  
205 aprovação dos conselheiros e após será assinada por mim e pelo Presidente do CEDRAF.

206  
207 Miriam Fuckner  
208 Secretária Executiva

  
Norberto Anacleto Ortigara  
Presidente do CEDRAF